

A educação e as problemáticas sociais relacionadas às mulheres e às sexualidades dissidentes

Ana Maria Colling*

Resumo

Este texto propõe uma análise sobre as relações desiguais de gênero, feminismos, história das mulheres e sexualidades dissidentes. A violência contra as mulheres e os LGBTQI+ tem assustado a todos e remete à cultura patriarcal onde os homens têm poder e direito sobre os corpos femininos. Também propomos uma crítica ao universalismo que nega as diferenças e as diversidades, onde o sujeito masculino é apresentado como sujeito universal. O corpo feminino tem sido historicamente alvo privilegiado do poder. Na atualidade brasileira, vários feminismos se apresentam, muitos deles colocando seus corpos na rua, destacando a política do corpo. Finalizo o texto destacando a importância da educação, da escola, na eliminação da violência contra mulheres, crianças e sexualidades dissidentes. Se a escola, como espaço socializador, tem sido um lugar de marcar a hierarquia entre os sexos, designando o lugar social de homens e mulheres, ela é também um espaço privilegiado de mudanças.

Palavras chave: Feminismos, sexualidades dissidentes, universalismo, corpos, educação.

Educación y problemáticas sociales relacionadas a las mujeres y sexualidades disidentes

Resumen

Este texto propone un análisis de las relaciones desiguales de género, los feminismos, la historia de las mujeres y las sexualidades disidentes. La violencia contra las mujeres y LGBTQI+ ha asustado a todos y remite a la cultura patriarcal donde los hombres tienen poder y derechos sobre los cuerpos femeninos. Proponemos también una crítica al universalismo que niega las diferencias y las diversidades, donde el sujeto masculino se presenta como sujeto universal. El cuerpo femenino ha sido históricamente un blanco privilegiado del poder. En la actualidad se presentan varios feminismos, muchos de ellos sacando el cuerpo a la calle, destacando la política del cuerpo. Concluyo el texto destacando la importancia de la educación,

*

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, UNESCO).
acolling21@yahoo.com.br

RESEÑAS N° 20

AÑO 2022

[pp. 59 – 77]

Recibido: 16/03/2022

Aceptado: 05/04/2022

ISSN 2796-9304

la escuela, en la eliminación de la violencia contra las mujeres, los niños y las sexualidades disidentes. Si la escuela, como espacio de socialización, ha sido un lugar para marcar la jerarquía entre los sexos, designando el lugar social de hombres y mujeres, es también un espacio privilegiado de cambios.

Palabras clave: *Feminismos, sexualidades disidentes, universalismo, cuerpos, educación.*

Abstract

This text proposes an analysis of unequal gender relations, feminisms, women's history, and dissident sexualities. Violence against women and LGBTQI+ has scared everyone and refers to the patriarchal culture where men have power and rights over female bodies. We also propose a critique of universalism that denies differences and diversities, where the male subject is presented as a universal subject. The female body has historically been a privileged target of power. At present, several feminisms are presented, many of them taking the body out on the street, highlighting the politics of the body. I conclude the text highlighting the importance of education, the school, in the elimination of violence against women, children and dissident sexualities. If the school, as a space for socialization, has been a place to mark the hierarchy between the sexes, designating the social place of men and women, it is also a privileged space for change.

Keywords: *Feminisms, dissident sexualities, universalism, bodies, education.*

Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.

Anzaldúa, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.

Introdução

Falar em mulheres, falar em relações de gênero é falar em violências. As mulheres carregam no seu corpo as marcas da violência, seja ela física, psicológica, de exclusão em variados domínios, nos salários menores, discursiva em pequenas injúrias. Muitas vezes, tristemente, uma violência que extermina o corpo feminino, em outras que maltrata, castiga, violenta,

abusa, e, muitas vezes, uma violência invisível aos olhos dos demais, e que fere tão profundamente. A naturalização da violência contra as mulheres e os LGBTQIA+ nunca esteve tão explícita como nestes tempos sombrios em que vive o Brasil. Tempos em que se criminaliza a palavra e os estudos de gênero, se menospreza todos os tipos de sexualidade.

Quando falamos na desqualificação das mulheres, das relações de gênero, estamos falando de todos sujeitos que escapam ao normativo do sujeito masculino, heterossexual, branco, defensor do patriarcado e da moral marcada por ele. Tivemos muitos avanços, certamente, é só olharmos para nossas mães e nossas avós, pois tudo teve que ser conquistado em árduas lutas. Mas uma permanência é visível. O patriarcado, este sistema social em que homens adultos mantêm o poder em todos seus privilégios, resiste a todos avanços, se plastifica, se molda. Tal qual eventos de longa duração, uma história imóvel, como nos anunciava Fernand Braudel, aqueles que podem durar décadas, séculos ou milênios o patriarcado permanece, apesar das leis igualitárias entre os sexos.

Falar em gênero nunca se mostrou tão urgente e atual, em tempos de Escola sem Partido, que tenta colocar no índice das maldades a palavra gênero, responsável por desmantelar a família, e ela, como célula reprodutora, a sociedade como um todo. Tempos de Ideologia de Gênero, movimento internacional, nascido na Igreja, que acusa Gênero de tentar transformar todas crianças em homossexuais, e novamente, desmantelar a família e a moral. Sempre as palavras família e moral ocupam as bocas dos conservadores para barrar qualquer avanço¹.

As mulheres foram construindo suas histórias pelas margens, pelas fissuras, conquistando cada milímetro do que hoje possuem, mas o patriarcado, onde eles podem tudo sobre elas, se remodela e a hierarquia entre os sexos continua. Muitas igrejas assumem o lugar deste poder, decidindo o que as mulheres podem e devem fazer com seus corpos. E, a questão do aborto assume a centralidade nesta relação. Não é permitido, inclusive, falar sobre a descriminalização do aborto. Na maioria das vezes, homens decidindo o que as mulheres podem ou não fazer com seus corpos. Todos eles esquecem das mulheres mortas em clínicas clandestinas, quase sempre pobres e das crianças órfãs.

A historiadora norte-americana Joan Scott, autora do excelente texto *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, realiza uma crítica ao pretensão universalismo, e à História que ao falar em humanidade, pretendia falar em todos

¹ Joan Scott em seu texto *Usos e abusos de gênero* relata como surgiu na Europa a Ideologia de Gênero.

os seres, e que ela foi responsável pela “produção da diferença sexual”, porque uma narrativa histórica nunca é neutra e quando relata fatos e acontecimentos onde só existem homens, certamente constrói o gênero.

Em um recente texto, Scott confessa que havia começado a perder interesse no Gênero, porque imaginava que os debates sobre as mulheres estavam resolvidos. Mas, rapidamente deu-se conta, de que este conceito era alvo de uma acirrada disputa política, “agora é um termo de referência que atravessa o espectro político, com efeitos muito diferentes daqueles que as feministas originalmente intencionaram”. Longe de estar resolvido, gênero é uma questão perpetuamente aberta. Segundo ela, o conceito se mantém útil para análise histórica,

Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões de ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos. (Scott, 2012, p. 347).

Os trabalhos sobre masculinidades e as novas sexualidades ampliaram o conceito de gênero, distanciando-o do feminismo. Para eles não somente as mulheres contestam a construção do sujeito homem heterossexual, mas todos aqueles e aquelas, recalcados por este sujeito universal. Com a teoria queer, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros se utilizam deste conceito, demonstrando o quanto ele não é fixo, mas sim político. Esta história nada mais faz do que tentar construir uma história igualitária onde homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, independente de seus corpos, para que possam ter oportunidades iguais, democracia, liberdade e uma vida com dignidade.

1. Os feminismos e o universalismo barrando as diferenças

As mulheres sempre se depararam com o universalismo, que negava a diferença entre os sexos; como contar suas experiências se englobadas num único sujeito universal? Como se tem chamado o indivíduo humano de homem,

e como se representa o homem como um ser masculino, foi necessária muita criatividade para inventar a mulher como um sujeito autônomo. A crítica ao estatuto marginal que o universalismo havia dedicado às mulheres e a necessidade de contar sua história levou o movimento feminista a romper o silêncio.

A maneira androcêntrica de identificar a humanidade e de fazer das mulheres seres menores, a meio passo das crianças, é muito antiga, remonta à cultura grega. Para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela sua civilização. Para recuperar a presença da mulher na história, é necessário desconfiar das categorias dadas como universais e, ao mesmo tempo, privilegiar as singularidades, as pluralidades, as diferenças.

Silviano Santiago, pensador brasileiro, em um artigo intitulado *Arte Masculina*, demonstra, que o que era dado como universal pelos compêndios de filosofia nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade. Desconstruir, segundo ele, não significa negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido, silenciado ou recalçado pela universalidade.

Entendendo o homem e a mulher como construções históricas, Silviano Santiago aponta para a ironia surgida nos novos tempos: se os valores do homem foram historicamente confundidos com os valores universais, o homem seria atualmente o representante de uma minoria. Pergunta ele: “o que representa hoje, após o feminismo, a antiga e universalizante noção de homem?” (Santiago, 1995, p. 101). Mas o novo homem, sugerido por Silviano Santiago em seu texto, debate-se ainda com o homem patriarcal, poderoso e cruel que manifesta-se na violência contra sua esposa, companheira, filha, enteada, ou ex-esposa, ex-noiva, ex-namorada que tem sido alvos de violência diária e cotidiana.

Jacques Derrida ressalva que dizer o Homem numa aparente assexuação é sempre dizer o homem masculino, sendo o universalismo apenas o disfarce do falocentrismo. Esse deslocamento de análise, pressupondo novos sujeitos e novas sexualidades no mundo contemporâneo, nos obriga a colocar sob suspeita o universalismo, fazendo uma crítica inclusive a linguagem que historicamente subsumiu sujeitos e que é tão difícil de transformar. A crítica ao universalismo se reveste de fundamental importância quando a encaramos como a afirmação da diversidade e da diferença, relegadas aos silêncios históricos, que também são produzidos.

O discurso masculino anti-feminista, poderoso e duradouro, que ainda perdura que ligava as feministas à mulheres feias, mal amadas etc. O ideal

masculino, inclusive assumido por muitas mulheres, era ser feminina, meiga, doce, à espera do marido provedor. Sempre houve uma tendência a diminuir, ou até mesmo ignorar, a importância do movimento feminista na história, desqualificando-o como uma demanda social carente de cientificidade. À esta tentativa de desqualificar o movimento que abalou o mundo ocidental, perguntamos então, e os movimentos dos operários, dos camponeses, dos negros, tratados pela historiografia, não foram também uma demanda social?

Novos movimentos surgiram para debater e problematizar a desqualificação das mulheres e demais sexualidades dissidentes, como o *web* feminismo. Discutem temas como aborto, abuso sexual e estupro e o reconhecimento do estupro conjugal. Também o respeito ao desejo da não-maternidade e a questão da amamentação em lugares públicos, integra a pauta deste novo movimento. Com campanhas maciças e pedagógicas ao propagar o empoderamento feminino, este movimento atinge milhares de mulheres porque podem participar sem se declararem feministas e nem integrar grupos, marchas ou reuniões. Também seus blogs como *Não me Kahlo, Você é feminista e não sabe* e *Moça você é machista*, contribuem para o despertar das questões das mulheres e muitas vezes, da subjetivação feminina.

Outra corrente feminista da atualidade é o transfeminismo que privilegia as discussões de pessoas transexuais, travestis e transgêneras, defendendo a pluralidade das identidades trans, desnaturalizando as identidades. A defesa do nome social também faz parte de sua pauta de luta.

As manifestações feministas são marcadas pelo surgimento das marchas com temáticas especificamente feministas, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, pão e rosas. A Marcha Mundial das Mulheres assume caráter de movimento feminista internacional em 2000, em uma campanha que reuniu mais de cinco mil grupos de mulheres de 159 países e territórios em uma ação comum contra a pobreza e a violência sexista.

A Marcha das Margaridas surge no Brasil, com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) preocupado com a desigualdade social das mulheres camponesas. As relações entre homens e mulheres no meio rural sempre foram muito mais conservadoras e carregadas de normas morais, do que no meio urbano. Num primeiro momento saem às ruas, no mundo público, lutando para serem sujeitas, cidadãs, pois não possuíam documentos básicos como carteira de identidade e CPF, tão prosaicos para as outras

mulheres. Num segundo momento reivindicam a aposentadoria, pois apesar de trabalhar lado a lado com seus maridos, este direito lhes era negado. Marcham em direção à Brasília, capital federal, num movimento que ficou intitulado *Movimento das Margaridas*, em homenagem à sindicalista alagoana Margarida Alves, que assassinada, tornou-se símbolo na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais.

As mulheres indígenas tem como reivindicação fundamental a luta pela terra. Quando o Brasil atravessa um dos momentos mais conservadores de sua história, contra a ciência, a educação, a desqualificação de negros e negras, quilombolas, indígenas, mulheres, homossexuais, etc, a luta do feminismo indígena apresenta-se como fundamental.

No Brasil onde o racismo estrutural é percebido cotidianamente, o feminismo negro é o de maior potência na atualidade. É o que tem atualmente, provocado o maior número de debates, tanto teóricos quanto práticos, denunciando o racismo estrutural brasileiro e as omissões das pautas feministas ao não colocar a raça no centro de suas análises. As mulheres negras reivindicam seu lugar de fala, denunciando os preconceitos e agressões que sofrem diariamente. Entre as principais autoras do feminismo negro, Angela Davis, bell hooks e as brasileiras Lélia Gonzales, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo e muitas mais. O feminismo negro estabelece relações entre gênero, racismo e colonialidade e tem como principal objetivo recuperar as vozes das silenciadas pelo colonizador.

Hoje os novos e velhos feminismos continuam colocando em suspeita o sexo como definidor de comportamentos e a heterossexualidade como norma. Questionam os padrões de beleza e de juventude (oetarismo se transformou em um novo conceito de crítica à eterna juventude). Denunciam o patriarcado e a violência, em especial o uso de suas roupas como provocação ao estupro.

Michel Foucault possui um texto pouco estudado talvez, *A vida dos homens infames*, onde nos fala da existência de vidas indesejáveis que não foram nada na história, não desempenharam nos acontecimentos nenhum papel importante, são personagens que não fazem parte de uma história oficial, universal, de heroísmo e de glória. Pessoas “infames”, com suas vidas singulares, que não são glorificadas, mas que deixam rastros mesmo que enigmáticos e breves, do seu encontro com o poder. Fazer a história das pessoas sem história deve ser um desafio para os/as historiadores/as. Falar de mulheres, gênero, sexualidades, além de uma questão acadêmica, precisamos escrever sobre isso e muito, é um desafio, mas, acima de tudo um ato de resistência.

2. Corpos e sexualidades - a centralidade da luta

Carole Pateman, em *O Contrato Sexual*, fala de um contrato sexual anterior ao contrato social, de um pacto entre homens para distribuir a capacidade reprodutiva das mulheres. Esta distribuição se materializa nos sistemas de parentesco com a institucionalização da família heterossexual. As mulheres, segundo Pateman, não operam nunca em condições de liberdade porque, para fazê-lo, seria necessário ter um domínio completo do objeto contratado, o corpo feminino.

Como traduzir a única e radical diferença entre homens e mulheres, que é a capacidade de gerar filhos? Como explicar que o útero, esta antiga matriz, a grande positividade das mulheres, historicamente se transformou em signo da desigualdade? Porque elas possuem um útero, porque elas geram homens e mulheres, porque elas amamentam, transformaram-se em um corpo doente. Muitos tratados científicos e muitas obras de literatura brasileira e mundial, dedicaram espaços a este corpo frágil e sujeito à doenças². Esta “natureza”, menstruação, gravidez, parto, menopausa, destinou historicamente as mulheres ao silêncio e à obscuridade, como se sua única capacidade de criação, fosse essa, de seres humanos.

Um tema polêmico em relação ao corpo feminino é a gravidez na adolescência, constatada a cada ano mais precoce. A escola não tem nada a falar sobre isso? A questão de informações sobre métodos contraceptivos e do aparelho reprodutor, parece não ser suficiente sobre a sexualidade de jovens e adolescentes. É o corpo feminino que recebe os impactos de uma gravidez; é sobre ela que recaem os primeiros cuidados e muitas vezes é ela e sua família que cria e mantém as crianças tidas na adolescência. Como trabalhar com a questão da sexualidade feminina para que a maternidade não seja a única forma de estar no mundo da mulher.

Corpo e linguagem, movimenta a autora de *Preconceito contra a mulher*, para demonstrar a não inocência da linguagem que estabelece ordem nas coisas. Demonstra também quanto a construção da pretensa “natureza feminina” sempre impediu avanços:

Aprendemos a perceber a linguagem e nosso corpo como sendo processos “naturais”, como algo essencial e necessário, com leis e normas bem

² Para saber mais sobre a construção do corpo feminino ver COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais. A construção histórica do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019.

precisas, que existem independentes de nós. Nessa perspectiva não há como escapar da materialidade de nosso corpo nem da realidade da língua. Porém essa materialidade não é dada de antemão, mas é construída, reiterada performaticamente. É assim que se produz o preconceito – através da linguagem, em nossos corpos, num processo de reiteração em que somos agentes, mas no qual não reconhecemos nossa agência, já que faz parte desse processo apagar os traços de nossa participação de modo que as palavras e as coisas apareçam como dadas, naturais, mantendo uma relação direta, imediata entre elas, independentes de nós. (Azerêdo, 2007, p. 28).

Em todos os movimentos de resistência feminina o corpo é sempre protagonista. Aos projetos conservadores, o corpo da mulher não lhe pertence, mas está a serviço de algo ou alguém. Para Silvana Goellner, estudiosa desta questão,

O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. (...) é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz. (Goellner, 2015, p. 135).

Michele Perrot, nos lembra que se o corpo está no centro de toda relação de poder, o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, suas formas, seus gestos, etc., tudo são objetos de suspeita. Suspeita, segundo ela, que visa o sexo, vulcão da terra: “Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mal lhe acontece, ela está recebendo apenas aquilo que merece, porque o corpo das mulheres não lhe pertence” (Perrot, 2005, p. 447). Quando a sociedade, a brasileira em especial, vai deixar de encarar o corpo feminino e o corpo trans como um corpo a ser violado, estuprado?

A violência contra as mulheres e também aos homossexuais é uma chaga mundial, caso de saúde pública, e deve ser combatida em todos os espaços possíveis. A violência contra as trans, especialmente em corpos femininos, também faz parte da paisagem natural. Quem não acompanhou o caso acontecido no primeiro dia do ano de 2017 em Campinas/SP quando um homem invadiu uma festa para matar a ex-mulher, o filho e mais nove pessoas da família dela? Em seguida se suicidou. Deixou uma carta de ódio às mulheres, justificando

a chacina, que vitimou 9 mulheres: “Quero pegar o máximo de vadias juntas”. O dramático disto tudo, é que este pensamento não é isolado na sociedade brasileira.

O que faz que um homem dar fim à sua vida logo após acabar com a vida de sua família? Que engrenagem subjetiva é essa que permite essas violências? No caso brasileiro, o combate a violência doméstica é exemplar, demonstrando que em nosso caso, não há falta de leis. A Constituição de 1988 que proíbe qualquer tipo de discriminação; a lei Maria da Penha, internacionalmente reconhecida como uma das mais avançadas, e a lei anti feminicídio, são típicos exemplos desse combate. Se os números não param de crescer, transformando as leis em letras mortas, o combate deve ser especialmente no campo da cultura.

Apesar das leis igualitárias brasileiras, reconhecidas mundialmente, o país é o quinto do mundo em feminicídios e o primeiro no assassinato de LGBTQI+. O patriarcado permanece, demonstrando que uns são donos e senhores dos corpos de outras. Porque o corpo é sempre alvo do poder. A luta é para que o mundo público e privado seja um espaço de liberdade para todas, todes e todos.

As Marias e as Evas continuam a fazer parte do imaginário de todos e todas – as santas e as pecadoras. A batalha a ser travada por todas mulheres e homens igualitários: instalar na cultura que o corpo da mulher deve ser respeitado. O alcance da questão de gênero é para além de homens e mulheres, masculino e feminino, pois ele sempre se referiu à diferença sexual, as diversas concepções do que se entende por sexo. Não é mais possível conviver com a violência contra as mulheres e homossexuais, os estupros sendo considerados como atitudes normais, de uns sobre outras, e culpabilizando as próprias mulheres e trans pelos estupros sofridos. A violência contra as mulheres e as trans nada mais é do que o desprezo ao corpo feminino. O corpo está no centro de toda relação de poder, o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, suas formas, seus gestos, etc., tudo são objetos de suspeita.

As novas sexualidades fazem parte desta paisagem contemporânea com corpos que causam estranheza. São resistências de corpos que negam padrões de belezas, questionando e implodindo modos de existência e padrões identitários *Queer* tem impactado a teoria feminista e de gênero, assim como os estudos *gays* e lésbicas, pela sua capacidade de problematizar e desestabilizar as categorias de pensamento utilizadas até então, abordando a sexualidade para além do desvio ou normalidade. Uma resistência à homogeneização cultural e uma contestação aos discursos dominantes no interior de uma cultura heteronormativa. Segundo Guacira Louro *queer*,

É um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre-lugares’, do indecível (Louro, 2016, p. 7).

Queer indica um movimento, supõe a não-acomodação, admite a ambigüidade e o trânsito. Portanto mais do que uma identidade, sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver. A teoria queer tenta explicar esse borramento das fronteiras das sexualidades, estabelecendo novos modos de estar no mundo. Segundo os teóricos, nos rastros de Foucault, a sexualidade é um produto cultural que não pode ser entendido como uma simples extensão de um processo biológico. Assim como a homossexualidade é uma categoria cultural específica, também a heterossexualidade deve ter uma história a ser analisada.

Em sua origem, o termo *queer* era utilizado como ofensa a homossexuais, andrógenos, transgêneros ou outras aparências marginalizadas; significando algo como bizarro, estranho ou esquisito. Mas, numa revisitação do conceito, ele se transforma em uma atitude existencial e estética de comportamento transgressivo alheio a heteronormatividade ou a qualquer identidade. Os sujeitos que eram insultados, como bizarros e exóticos, assumem a palavra *queer* como uma diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, mas que a vontade é perturbar, transgredir, e desestabilizar o próprio agressor.

Em todo este texto tentamos alertar para a centralidade do corpo feminino em todas as análises, demonstrando que não existe um corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos, as mulheres foram encaradas como seres naturais. Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies produções, relações de poder e de hierarquia socialmente construídas.

Na atualidade, as mulheres com seus corpos na rua, corpos brancos, pretos, amarelos, homossexuais, vestidos ou nus, empunhando uma enxada e com chapéu de palha, demonstram a subversão do corpo feminino. Corpo criado somente para parir, hoje se manifesta como arma política, materializando a histórica luta feminista, rompendo com sua representação tradicional e abrindo mão de identidades estabelecidas como: amante, esposa, sapatão, puta, dona de casa, mãe entre outras. “Pensar os corpos diferentemente me parece parte da luta conceitual e filosófica que o feminismo abraça, o que pode estar relacionado também a questões de sobrevivência” (Butler, 2002, p. 157). Com Butler podemos pensar que a abjeção destes corpos performáticos, sua

estranheza pelos códigos de inteligibilidade, por sua total indeterminação, assombra a cultura estabelecida.

Quando pensamos na subversão social e política através dos corpos: de um lado temos a luta feminina e a exposição destes corpos alheios aos padrões e estereótipos; de outro lado, os corpos de travestis, mulheres trans, *dragqueens* entre outras sexualidades. Paradoxalmente, grande parte das mulheres trans buscam, justamente, os padrões de beleza, de cabelos, corpos esculturais e roupas difundidos pela mídia e indústria da moda. Padrões que são alvo de destruição e crítica feminista. No entanto, o que poderia soar à primeira vista como um disparate, também poderia ser pensando como uma desestruturação do instituído.

Os corpos na rua, mulheres atravessando o mundo privado e adentrando o público e a política, representa na atualidade a maior forma de resistência possível. Quando a cultura do estupro e os feminicídios são alarmantes, com grande parcela da sociedade ainda encarando o corpo feminino como objeto de consumo, um corpo a ser utilizado, violado, estuproado, um corpo político é necessário.

3. O que a educação tem a ver com tudo isso?

No campo da educação, a problemática de gênero, a permissão de todos, todas e todes frequentarem o curso que quiserem não é mais empecilho. As questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar são batalhas árduas que já foram travadas e estão sendo aos poucos superadas. A questão mais séria é que a história da desigualdade entre os sexos, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, sempre foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola, que poderá ter início a construção da equidade de gênero e de relações sociais mais igualitárias.

Escrever sobre gênero, mulheres, diversidade sexual, estereótipos e preconceitos nos remete sempre à escola. Apesar de ser um espaço que construiu, juntamente com a família, as diferenças hierarquizadas entre os sexos, é no meu entender o espaço privilegiado para provocar mudanças.

Ao mesmo tempo que entendo a educação como fundamental na mudança da cultura em relação às sexualidades, também visualizo tantas dificuldades. Sabemos como as séries iniciais e o ensino fundamental são responsáveis por estas mudanças no futuro, mas as/os professoras/es que habitam este

espaço, muitas vezes não tem clareza da importância destas discussões e de suas práticas.

Os cursos de Pedagogia que formam educadoras/es para as séries iniciais pouco discutem estas questões. As licenciaturas que formam professoras/es para o ensino médio discutem menos ainda. Se analisarmos os currículos de História nas universidades públicas e privadas, no caso brasileiro, raramente encontramos qualquer coisa sobre relações de gênero, mulheres ou sexualidades dissidentes da heterossexualidade compulsória.

Nos perguntamos sempre: por onde começar a mudança para romper o círculo vicioso, de silenciamentos, consentimentos, ignorância histórica da construção dos sexos? No ensino superior? Nas séries iniciais? No pré-escolar? Entendo que professoras e professores devem, em algum momento, ser apresentados a estas questões. As campanhas oficiais e poderosas sobre a escola sem Partido e Ideologia de Gênero (muitas vezes endossadas em cultos religiosos) necessitam ser confrontadas.

Os cursos de licenciatura deveriam ter em suas grades curriculares, em algum momento, a questão da história de continuidades das relações hierárquicas de gênero. Além de pautar nos currículos de graduação a questão de gênero, nos cursos de formação continuada de professoras/es esta questão deve estar presente obrigatoriamente. Para além do avanço das leis, necessárias sem dúvida alguma, também é urgente mudanças na cultura instalada, e o espaço da escola enquanto processo educativo é fundamental.

Michel Foucault que tem auxiliado teóricas/os de gênero em suas teses, encara o discurso como prática social. Em sua célebre aula *A Ordem do Discurso*, sublinha a ideia de que o discurso é produzido em razão das relações de poder, na escola em especial. Por outro, lado o discurso numa relação saber x poder produz realidade, produz verdade:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, as bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (Foucault, 1996, p. 17).

Fernando Savater (2005), respeitado educador espanhol, considera professores e professoras o grupo mais necessário e *civilizador* de uma

sociedade. Concordamos com Savater, mas perguntamos, que professores/as habitam esta escola? Ou melhor, que concepções de gênero possuem estas/es professoras/es? Podemos inferir, que por ser a escola lugar de transformação, possuem eles/as visões libertadoras e igualitárias em relação ao masculino e feminino, às sexualidades?

Parece cada vez mais consensual que a escola deve preparar seus alunos e alunas para a cidadania, construindo sujeitos éticos e responsáveis. Mas, como realizar esta tarefa se a discussão de um tema que bate a porta de cada um de nós, pedindo urgência, como as relações de gênero, é ainda ignorada? Parece haver um descompasso entre os problemas do mundo e os problemas da escola, entre os sujeitos que habitam o mundo e os alunos e alunas que frequentam a escola. Entendo que professores e professoras devam conhecer a história do masculino e feminino, a construção social dos sexos. Não há culpados ou inocentes, não há exércitos em luta, mas sim um trabalho incansável para dar sentido a homens e mulheres.

Na contemporaneidade, os atravessamentos das fronteiras de gênero e sexualidade parecem mais frequentes ou talvez sejam, simplesmente, mais visíveis. O fato é que hoje as classificações binárias de masculinidade e feminilidade ou de heterossexualidade e homossexualidade não dão conta das possibilidades de práticas e de identidades experimentadas pelos sujeitos. Isso não significa, contudo, que se transite livremente entre esses territórios. As consequências para quem tem a ousadia de fazer tal atravessamento são, em geral, a punição, o isolamento ou, eventualmente, a reeducação com vistas ao retorno ao ‘bom caminho’.

Invocando diversos discursos, da Psicologia, da Religião, da Medicina, da Pedagogia inclusive, é possível que alguém tente empreender um processo de recondução deste desviante. Neste caso, quem se encarrega de trazer de volta o ‘forasteiro’ costuma demonstrar indulgência e tolerância, evidenciando, com orgulho, sua posição ‘altaneira’ e ‘superior’. Por toda parte, coloca-se em funcionamento um processo de heteronormatividade, que supõe que todos são ou devem ser heterossexuais³. A escola faz parte deste espaço punitivo que impede estes atravessamentos de novas possibilidades de vida.

A escola é um espaço socializador antes de tudo, portanto poderá se transformar na importante aliada no processo de construção de relações

³ Quem não tem acompanhado pela mídia brasileira a proposta de “cura gay”? A retirada dos estudos de gênero dos Planos de Educação, em minha opinião, é pífida e parece desconhecer a realidade do país. Tínhamos esperança que estes espaços educativos pudessem contribuir no combate à violência contra mulheres, meninas e meninos, homofobia e tantos outros movimentos de ódio às diferenças.

igualitárias, desnaturalizando violências e estereótipos. Na questão da sexualidade, a escola pode contribuir no respeito às diferenças e à diversidade das relações afetivo-sexuais, demonstrando que a heterossexualidade não é mais o único exemplo de normalidade das relações humanas. Sabemos que nenhuma forma de sexualidade é natural, elas são produzidas, inventadas, ensinadas em diversos espaços, como a família, a escola, a igreja e outras instâncias. Se a família e a igreja estão imersas num lastro patriarcal, a escola poderá ser o diferencial.

Apesar de novas relações, novos sujeitos se apresentarem a cada dia, em todos os lugares sociais, a escola teima em ratificar um padrão de masculinidade e feminilidade. Os materiais didáticos correspondem a esta expectativa normatizadora. A sexualidade heterossexual é apresentada como a única válida e natural. Quem não se enquadra nesta norma é tido como desviante, anormal, problemático.

Judith Butler tem movimentado diversas pesquisas na área da educação, mas quase exclusivamente nos cursos de pós-graduação, enfatizando o desaparecimento da noção de identidade. Para Butler, corpo, sexo e gênero não provêm de realidades fixas e nem possuem a biologia como destino, pois todo corpo, todo sexo e todo gênero é produzido por meio de um ato performativo, seja qual for sua identidade sexual ou de gênero. Para a autora que foi vítima de violência num aeroporto paulista em 2017, com palavras agressivas de “queimem a bruxa”, demonstrando o medo que os conservadores/as tem de qualquer mudança, “precisamos aprender a viver em um mundo mais aberto, o que implica uma re-articulação do humano, isto é, a destruição das evidências e certezas, ou, aprender a lidar com o desconhecido.

O mundo já não é o mesmo. Apesar da onda conservadora o Brasil não é mais o mesmo. As lutas travadas e conquistadas não retrocedem. Novas formas de parentalidades, de organizações familiares, novas possibilidades de comunicação entre os indivíduos, faz com que tenhamos uma compreensão mais complexa sobre as sexualidades. Como a escola, nós educadores em geral, não podemos desconsiderar as diferenças e entender que elas fazem parte deste mundo, das novas relações instituídas. Afinal que práticas e discursos são libertadores? Aquelas que não silenciam a diferença? A educadora Guacira Louro expressa com competência nossas inquietudes e as inquietudes de nosso tempo:

Talvez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um “problema” e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um

tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. Um tempo em que a multiplicidade de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e margens em favor de outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder. Não eliminamos a diferença, mas, ao contrário, observamos que ela se multiplicou — o que nos indica o quanto ela é contingente, relacional, provisória. A diversidade nos demonstra, mais do que nunca, que a história e as lutas de um grupo cultural são atravessadas e contingenciadas por experiências e lutas conflitantes, protagonizadas por outros grupos. Por isso temos de aprender, nesses tempos pós-modernos, a aceitar que a verdade é plural, que ela é definida pelo local, pelo particular, pelo limitado, temporário, provisório. (Louro, 2003, s/p).

Apesar do estranhamento, da surpresa e do desconhecimento muitas vezes, acredito e defendo que a educação, em todos os níveis, do pré escolar aos cursos de pós-graduação poderá se transformar em instrumento valioso de combate aos preconceitos, da desqualificação de sujeitos, da violência contra mulheres e crianças, da homofobia. Espaço privilegiado de produção e reprodução das relações sociais entre os sexos, atravessadas por relações de poder, a educação, se colocar em suas pautas prioritárias, as relações de gênero, poderá se transformar em signo de novos tempos com relações igualitárias e de respeito entre todas/os/es.

Reflexões finais

O objetivo deste texto é abordar a importância da educação nos estudos das relações de gênero, sexualidades, contextualizando com as problemáticas sociais da atualidade. A radical desigualdade entre os sexos que é a violência contra a mulher e os LGBTQI+, é um tema que clama pela urgência, não somente no Brasil, mas no mundo todo. Os desafios às políticas contemporâneas em educação, fazem parte da resistência, da luta em todos os caminhos possíveis, que nada mais é do que uma disputa pela liberdade.

Quando falamos em história das mulheres, dos homens, das sexualidades, lembramos sempre que a representação da diferença sexual deve pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura. Falar de desigualdades entre os gêneros é situar o debate nas relações sociais, entendendo que as relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero são temas que atravessam

todo o corpo social, inclusive os lugares de produção de conhecimento como a escola e a universidade, ou melhor, principalmente estes lugares. Mulheres, comunidade LGBTQIA+, indígenas, pretos e pretas, quilombolas, pobres, e tantos outros/as sofrem os desmandos de políticas públicas conservadoras, arcaicas, desrespeitosas que criminalizam a palavra e os estudos de gênero e das sexualidades dissidentes.

Temáticas como relações de gênero, sexualidades, direitos humanos, questões étnico-raciais, questões ambientais, entre outras, estão sendo incorporadas no debate educacional porque emergentes e urgentes na sociedade. A escola, a universidade, não pode virar às costas a estas lutas e movimentos sociais que teimam em se fazer presente. As novas sexualidades fazem parte desta paisagem contemporânea com corpos que causam estranheza. São resistências de corpos que negam padrões de belezas, questionando e implodindo modos de existência e padrões identitários. A escola se perturba, se desacomoda com a presença destes novos sujeitos “estranhos” que não se enquadram nas categorias tidas até aqui como normais. Feminilidade e masculinidade ficam em suspenso.

Sabemos que não é fácil ultrapassar as barreiras historicamente construídas, marcando identidades pela força da representação. Nada é mais complicado do que abrir os olhos. Exige tempo, exige aprendizados, exige se despir de preconceitos. Se os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que se diz e como se diz, quem fala pelo outro, quem o representa, controlam assim as formas de falar do outro.

Segundo Michel Foucault, nossa liberdade depende da saída dos saberes, da libertação dos discursos que formulam leis sobre nós mesmos, dessa tentativa interminável e incessante para dar sentido a homens e mulheres. A educação que mulheres e homens recebem e o comportamento que apresentam em sociedade são um fenômeno cultural que pode e deve ser mudado. Demonstrar sua construção é um trabalho pedagógico, portanto. Desconstruir os discursos que estabeleceram historicamente o que é ser homem e o que é ser mulher (sexualidade binária) é uma tarefa urgente e libertadora, pois novas sexualidades habitam este mundo. Se nem sempre foi assim, se é uma construção histórica, entremeada de relações de poder/saber, podemos fazer e pensar diferente do que pensamos.

A visão androcêntrica do mundo é compartilhada por todos, mulheres e homens, e nos passa despercebida, pois tendo sempre estado nela submersos, encaramo-la como natural, universal e imutável. Fazemos coro com Michelle Perrot quando ela afirma que os “homens não são todo o mundo” (Perrot, 1988, p. 30).

Como a escola, nós educadores em geral, podemos deixar de considerar a diferença como um problema e entender que ela faz parte deste mundo, das novas relações instituídas? Como colocar sob suspeita o aprisionamento dos corpos, das sexualidades em processos de patologização e de medicalização? Como transformar nosso olhar, atravessar os muros instituídos e entender a exclusão e a violência como processos não naturais? Afinal que práticas e discursos são libertadores? Aquelas que não silenciam a diferença? São perguntas que devemos nos fazer todos os dias, preocupações cotidianas de educadoras/es que lutam por um mundo melhor, mais igualitário.

Referências bibliográficas

- Azerêdo, S. (2007). *Preconceito contra a “mulher”. Diferenças, poemas e corpos*. São Paulo: Cortez.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2002). Entrevista: Como os corpos se tornam matéria (pp. 155-167). En: *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis: v. 10, n. 1.
- Colling, A.M. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais. A construção histórica do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD.
- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In: *Ditos & Escritos IV. Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Goellner, S. V. (2019). Corpo (pp.141-144). In Colling, A. M. & Tedeschi, L. (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2ª edição. Dourados: UFGD.
- Louro, G. L. (2016). *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2003). Corpos que escapam. In: *Labrys. Estudos Feministas* (Online), Brasília/Montreal/Paris, v. 04.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Perrot, M. (1998). *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp.
- Perrot, M. (2005). *As Mulheres e os silêncios da História*. Bauru: EDUSC.
- Scott, J. (1990). Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS.

Scott, J. (2012). Os usos e abusos do gênero. In: *Projeto História*. São Paulo: Ed. PUCSP.

Derrida, J. (1988). *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Graal.

Santiago, S. (1995). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco.

Savater, F. (2005). *O valor de educar*. São Paulo: Planeta.